

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº                      , DE 2023**  
(Do Sr. Gilson Marques)

Requer informações acerca o  
processamento das Declarações do Imposto  
de Renda da Pessoa Física pela Secretaria  
Especial da Receita Federal do Brasil.

Apresentação: 11/10/2023 15:15:10.593 - MESA

RIC n.2520/2023

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, e dos artigos 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Sr. Fernando Haddad, Ministro de Estado da Fazenda, o presente requerimento de informação sobre a **capacidade de processamento das Declarações do Imposto de Renda da Pessoa Física da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil** a fim de analisarmos o motivo pelo qual as restituições dos contribuintes só são devolvidas em cinco lotes (eram sete lotes até 2019) e perquirir qual a porcentagem de contribuintes que não recebem nesse prazo por terem caído em malha fiscal.

Com o intento de orientar a requisição ora formulada, solicito que sejam respondidas as perguntas que seguem, sem prejuízo do fornecimento de outras informações que o Ministério reconhecer como importantes:

1. A quantidade de lotes de restituição do Imposto de Renda dos contribuintes brasileiros é definida por fatores operacionais e orçamentários ano a ano por ato do Secretário Especial da Receita Federal do Brasil. Outrossim, milhares de famílias brasileiras aguardam ansiosamente pelo valor que legalmente deve ser devolvido a elas após o imposto ter sido retido indevidamente de seus rendimentos. Nesse sentido, indagamos:



- a. Qual a capacidade de processamento (em meses) das Declarações do Imposto de Renda da Pessoa Física entregues à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil?
  - b. Após o encerramento do prazo de apresentação das Declarações pelos contribuintes, em quanto tempo a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil concluiu o processamento das Declarações do Imposto de Renda da Pessoa Física nos últimos 5 (cinco) anos?
  - c. Existe a necessidade incontornável do contribuinte aguardar quase dois anos (na hipótese do imposto ter sido retido em janeiro de um ano e só ser restituído em dezembro do ano seguinte) para receber valores que foram retidos de seus rendimentos e se verificou ao final do processamento que pertencem a ele e não ao Erário?
  - d. Quais seriam os inconvenientes da quantidade de lotes de restituição ser reduzida dos atuais 5 (cinco) para 3 (três) lotes, considerando que o primeiro deve continuar sendo reservado para o pagamento das declarações prioritárias por lei?
2. Solicitamos informar a quantidade (e porcentagem) de contribuintes que não receberam suas restituições nem no prazo acima por terem caído em malha fiscal nos últimos 5 anos.

## JUSTIFICAÇÃO

O art. 16 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, disciplina a restituição do imposto de renda da pessoa física. Atualmente ele trata da correção do valor a ser restituído pela taxa Selic e da ordem de prioridade para recebimento da restituição, restando silente quanto à quantidade máxima de lotes de restituição durante o ano-calendário.

Na falta de uma disciplina legal específica, a quantidade de lotes mensais é estabelecida através de atos exarados pelo fisco federal. Com isso, o critério que é

\* C D 2 3 3 6 2 8 8 5 7 2 0 \*



adotado ano a ano acaba sendo operacional e orçamentário, quando a nosso ver tal critério deveria ser previsto em lei dado sua importância para a população.

Com efeito, milhares de famílias brasileiras aguardam ansiosamente pelo valor que legalmente deve ser devolvido a elas após o imposto ter sido retido indevidamente de seus rendimentos. Embora a lei preveja a atualização monetária dos valores restituídos, o fato é que quanto mais a restituição demora a ser recebida, mais as famílias brasileiras precisam recorrer a financiamentos bancários e cheques especiais para manterem suas contas em dia.

Além disso, muito além de uma questão de economia doméstica, os depósitos dos lotes de restituição representam valores bilionários que são injetados na economia todos os anos. Esses valores movimentam o comércio e ajudam a gerar empregos, mormente nos pequenos municípios.

Não se pode olvidar que a prática desde 2020 tem sido a adoção de cinco lotes de restituição. Porém até 2019 ocorriam 7 lotes de restituição que se estendiam até o mês de dezembro de cada ano. Isso demonstra que nada impede que os cinco lotes adotados pós-pandemia possam se transformar novamente em 7 ou até em mais lotes dependendo unicamente de uma decisão administrativa.

Na qualidade de Deputado Federal, cujo papel é fiscalizar os atos do Poder Executivo – conforme previsão do Art. 49 da Constituição Federal de 1988, solicito as informações acima discriminadas com o intuito de agregar insumos que permitam uma melhor compreensão dos fatos.

Sala das Sessões,      de outubro de 2023.

**Deputado Federal GILSON MARQUES  
NOVO/SC**





## **Requerimento de Informação** **(Do Sr. Gilson Marques)**

Requer informações acerca o processamento das Declarações do Imposto de Renda da Pessoa Física pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Assinaram eletronicamente o documento CD233628857200, nesta ordem:

- 1 Dep. Gilson Marques (NOVO/SC)
- 2 Dep. Adriana Ventura (NOVO/SP)

